

COM BASE NO EDITAL Nº 001/2025



CAPETINGA-MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPETINGA - MINAS GERAIS

ASSISTENTE SOCIAL

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática
- ▶ Conhecimentos Gerais
- ▶ Conhecimentos Específicos

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA





AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





CAPETINGA-MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPETINGA - MINAS
GERAIS

ASSISTENTE SOCIAL

EDITAL NÚMERO 001/2025

CÓD: OP-024DZ-25
7908403585045

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. A comunicação: Linguagem, texto e discurso; o texto, contexto e a construção dos sentidos.....	9
2. Coesão e coerência textuais	10
3. Intertextualidade	11
4. Polifonia	13
5. A língua: Norma culta e variedades linguísticas; dialetos e registros, gíria.....	13
6. Língua padrão: Ortografia	15
7. Acentuação	18
8. Pontuação	19
9. Semântica: Denotação e conotação; sinonímia, antonímia, homonímia, parônima; polissemia e ambiguidade.....	20
10. Figuras de linguagem	21
11. Morfologia: Estrutura e processos de formação de palavras.....	25
12. Classes de palavras: Flexões, emprego e valores semânticos, com ênfase em verbos, pronomes, conjunções e preposições.....	27
13. Sintaxe: Termos e orações coordenadas e subordinadas.....	34
14. Concordância nominal e verbal	38
15. REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL	40
16. Crase	41
17. Sintaxe de colocação.....	42
18. Vícios de linguagem	43
19. Sentido denotativo e conotativo (figurado)	43

Matemática

1. Estruturas lógicas.....	53
2. Lógica da argumentação	58
3. Diagramas lógicos	62
4. Números relativos inteiros e fracionários, operações e suas propriedades (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação). Conjunto de Números Reais e Conjunto de Números Racionais. Frações ordinárias e decimais, números decimais, propriedades e operações	62
5. Múltiplos e divisores	70
6. Números Primos	71
7. Máximos divisores comuns e mínimos múltiplos comuns.....	72
8. Expressões numéricas.....	73
9. Equações do 1º e 2º graus	73
10. Sistemas de equações do 1º e 2º graus	75
11. Funções do 1º e 2º grau.....	77
12. Estudo do triângulo retângulo; relações métricas no triângulo retângulo; semelhança de triângulos; relações trigonométricas (seno, cosseno e tangente); Teorema de Pitágoras; Ângulos; Geometria – Área, Volume e Perímetro....	82
13. Sistema de medidas de tempo, sistema métrico decimal.....	92
14. Números e grandezas proporcionais, razões e proporções	94
15. Regra de três simples e composta	96
16. Porcentagem.....	97

ÍNDICE

1. Juros simples - juros, capital, tempo, taxas e montante	99
2. Média Aritmética simples e ponderada	100
3. Problemas envolvendo os itens do programa proposto	100

Conhecimentos Gerais

1. Conhecimentos municipais, estaduais e nacionais sobre: política, economia, geografia, sociedade, cultura e história.....	167
2. Atualidades relevantes sobre diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, segurança, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, responsabilidade socioambiental e ecologia e suas vinculações históricas. Fatos e notícias locais, nacionais e internacionais sobre diversos as	196

Conhecimentos Específicos Assistente Social

1. Serviços e benefícios das políticas públicas de seguridade social (previdência social, assistência social e saúde)	1
2. Organização da assistência social - lei nº 8.742/1993.....	5
3. Lei 8.080/1990 que regulamenta as ações e serviços de saúde	17
4. Planos e benefícios da previdência social – lei nº 8.213/1991	28
5. Norma operacional básica do sistema único de assistência social (NOB-SUAS)	55
6. Procedimentos de pesquisa, levando em consideração a atitude investigativa do serviço social	81
7. Planejamento social.....	82
8. Questão social e estratégias de enfrentamento na atualidade	88
9. A dimensão técnico – operativa do Serviço Social	93
10. Competências e atribuições privativas do Serviço Social.....	97
11. Processo de trabalho e o trabalho em serviço social.....	101
12. Famílias e políticas públicas	104
13. Lei que regulamenta a profissão nº 8.662/1993.....	107
14. Código de ética profissional do assistente social de 1993	110
15. Projeto ético-político do serviço social	115
16. Estatuto da pessoa idosa – lei 10.741/2003	119
17. Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência) – lei nº 13.146/2015.....	130
18. Lei Maria da Penha - violência doméstica e familiar contra a mulher lei nº 11.340/2006	149
19. Lei para crime de racismo – lei 14.532/2023	156

LÍNGUA PORTUGUESA

A COMUNICAÇÃO: LINGUAGEM, TEXTO E DISCURSO; O TEXTO, CONTEXTO E A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS

A COMUNICAÇÃO COMO PROCESSO ESSENCIAL DA LINGUAGEM

A comunicação é um dos pilares da vida em sociedade. Desde os gestos mais simples até as manifestações mais complexas da linguagem escrita ou oral, comunicar-se é fundamental para estabelecer relações, construir conhecimento e atuar no mundo. O processo comunicativo, em sua essência, envolve a troca de informações entre um emissor e um receptor, mediada por uma mensagem. Esse processo é viabilizado por um canal, estruturado por um código e situado em um contexto. Esses seis elementos formam o chamado modelo clássico da comunicação, conforme definido por Roman Jakobson.

Compreender os mecanismos e os recursos envolvidos na comunicação é essencial para interpretar textos, analisar discursos e atribuir sentido às mensagens. Isso se torna ainda mais relevante no contexto dos concursos públicos, nos quais a habilidade de leitura, interpretação e produção textual é constantemente exigida.

LINGUAGEM, LÍNGUA E FALA: DISTINÇÕES FUNDAMENTAIS

A linguagem é uma faculdade humana universal, que permite a comunicação. Pode se manifestar de diversas formas — verbal (oral ou escrita), não verbal (imagens, gestos, sons) ou mista (como em tirinhas e propagandas). Já a língua é um sistema de signos linguísticos compartilhado por uma comunidade, como o português, o espanhol ou o inglês. Por fim, a fala representa o uso individual da língua em situações específicas.

Roman Jakobson também contribuiu com a teoria das funções da linguagem, que ajudam a compreender o objetivo principal de um ato comunicativo:

- **Referencial:** transmite uma informação objetiva (ex: notícias);
- **Emotiva:** expressa emoções do emissor (ex: diários, desabafos);
- **Conativa:** busca provocar uma ação no receptor (ex: orações, pedidos);
- **Fática:** verifica ou mantém o canal de comunicação (ex: “alô”, “tá me ouvindo?”);
- **Metalinguística:** usa a linguagem para falar da própria linguagem (ex: definições gramaticais);
- **Poética:** valoriza a forma da mensagem (ex: poemas, slogans publicitários).

Reconhecer essas funções ajuda a identificar a intenção comunicativa de diferentes textos.

TEXTO: CONCEITO, TIPOS E PROPRIEDADES

Um texto é uma unidade de sentido composta por enunciados que se organizam com base na coesão e na coerência. Ele pode ser escrito ou oral, verbal ou não verbal. O importante é que tenha intencionalidade comunicativa, ou seja, que seja produzido com o objetivo de transmitir uma mensagem compreensível.

Os tipos textuais mais cobrados em concursos são:

- **Narração:** relata acontecimentos com personagens, tempo e espaço definidos;
- **Descrição:** apresenta características de seres, lugares, objetos;
- **Dissertação:** expõe ideias, podendo ser argumentativa ou expositiva;
- **Injunção:** orienta o leitor a agir, como em manuais e receitas;
- **Exposição:** apresenta informações de forma neutra e objetiva.

Além disso, os gêneros textuais são manifestações concretas desses tipos, moldadas por contextos sociais. Um artigo de opinião, por exemplo, é um gênero com predominância do tipo dissertativo-argumentativo.

Duas propriedades essenciais do texto são:

- **Coesão:** ligação formal entre as partes do texto (uso de pronomes, conjunções, elipses, etc.);
- **Coerência:** sentido lógico entre as ideias do texto, respeitando o conhecimento de mundo e as expectativas do leitor.

DISCURSO: CONCEITO E RELAÇÕES COM A LINGUAGEM E O TEXTO

Texto e discurso não são sinônimos. O discurso é a materialização do texto em um contexto histórico, social e ideológico. É a forma como os sentidos são produzidos nas interações humanas, levando em conta a posição de quem fala, para quem se fala, e com que intenção se fala.

Autores como Mikhail Bakhtin e Michel Foucault foram fundamentais para a teoria do discurso. Bakhtin, por exemplo, destaca o caráter dialógico da linguagem: todo enunciado é uma resposta a outros e se antecipa a novas respostas. Essa concepção introduz o conceito de interdiscursividade e de heterogeneidade discursiva, revelando como um texto carrega ecos de outros textos e vozes sociais.

Analisar o discurso é, portanto, interpretar o sentido além da estrutura formal do texto, considerando fatores ideológicos, sociais e culturais.



AMOSTRA

TEXTO, CONTEXTO E A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS

A interpretação textual não depende apenas do que está escrito, mas também do contexto em que o texto foi produzido e lido.

Esse contexto pode ser:

- **Situacional:** onde e como a comunicação ocorre;
- **Sociocultural:** valores, crenças e hábitos compartilhados;
- **Histórico:** momento e circunstâncias da produção do texto;
- **Ideológico:** posição política, moral ou cultural de quem escreve.

Esses elementos afetam diretamente a construção dos sentidos. É por isso que, muitas vezes, a compreensão de um texto exige o domínio de conhecimentos extralinguísticos. As inferências — ou seja, as informações que o leitor deduz com base em pistas — são fundamentais nesse processo.

Exemplo:

Se um texto diz “João colocou o casaco antes de sair”, é possível inferir que fazia frio, mesmo que isso não tenha sido dito explicitamente.

COESÃO E COERÊNCIA TEXTUAIS

A coerência e a coesão são essenciais na escrita e na interpretação de textos. Ambos se referem à relação adequada entre os componentes do texto, de modo que são independentes entre si. Isso quer dizer que um texto pode estar coeso, porém incoerente, e vice-versa.

Enquanto a coesão tem foco nas questões gramaticais, ou seja, ligação entre palavras, frases e parágrafos, a coerência diz respeito ao conteúdo, isto é, uma sequência lógica entre as ideias.

► **Coesão**

A coesão textual ocorre, normalmente, por meio do uso de **conectivos** (preposições, conjunções, advérbios). Ela pode ser obtida a partir da **anáfora** (retoma um componente) e da **catáfora** (antecipa um componente).

Confira, então, as principais regras que garantem a coesão textual:

REGRA	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS
REFERÊNCIA	– Pessoal (uso de pronomes pessoais ou possessivos) – anafórica – Demonstrativa (uso de pronomes demonstrativos e advérbios) – catáfora – Comparativa (uso de comparações por semelhanças)	João e Maria são crianças. <i>Eles</i> são irmãos. Fiz todas as tarefas, exceto esta: colonização africana. Mais um ano igual <i>aos</i> outros...
SUBSTITUIÇÃO	– Substituição de um termo por outro, para evitar repetição	Maria está triste. A menina está cansada de ficar em casa.
ELIPSE	– Omissão de um termo	No quarto, apenas quatro ou cinco convidados. (omissão do verbo “haver”)
CONJUNÇÃO	– Conexão entre duas orações, estabelecendo relação entre elas	Eu queria ir ao cinema, mas estamos de quarentena.
COESÃO LEXICAL	– Utilização de sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos ou palavras que possuem sentido aproximado e pertencente a um mesmo grupo lexical.	A minha casa é clara. Os quartos, a sala e a cozinha têm janelas grandes.

► **Coerência**

Nesse caso, é importante conferir se a mensagem e a conexão de ideias fazem sentido, e seguem uma linha clara de raciocínio. Existem alguns conceitos básicos que ajudam a garantir a coerência. Veja quais são os principais princípios para um texto coerente:

- **Princípio da não contradição:** não deve haver ideias contraditórias em diferentes partes do texto.
- **Princípio da não tautologia:** a ideia não deve estar redundante, ainda que seja expressa com palavras diferentes.
- **Princípio da relevância:** as ideias devem se relacionar entre si, não sendo fragmentadas nem sem propósito para a argumentação.
- **Princípio da continuidade temática:** é preciso que o assunto tenha um seguimento em relação ao assunto tratado.



MATEMÁTICA

ESTRUTURAS LÓGICAS

LÓGICA PROPOSICIONAL

Um predicado é uma sentença que contém um número limitado de variáveis e se torna uma proposição quando são dados valores às variáveis matemáticas e propriedades quaisquer a outros tipos.

Um predicado, de modo geral, indica uma relação entre objetos de uma afirmação ou contexto.

Considerando o que se conhece da língua portuguesa e, intuitivamente, predicados dão qualidade aos sujeitos, relacionam os sujeitos e relacionam os sujeitos aos objetos.

Para tal, são usados os conectivos lógicos $\neg, \Rightarrow, \rightarrow, \wedge, \vee$, mais objetos, predicados, variáveis e quantificadores.

Os objetos podem ser concretos, abstratos ou fictícios, únicos (atômicos) ou compostos.

Logo, é um tipo que pode ser desde uma peça sólida, um número complexo até uma afirmação criada para justificar um raciocínio e que não tenha existência real!

Os argumentos apresentam da lógica dos predicados dizem respeito, também, àqueles da lógica proposicional, mas adicionando as qualidades ao sujeito.

As palavras que relacionam os objetos são usadas como quantificadores, como um objeto está sobre outro, um é maior que o outro, a cor de um é diferente da cor do outro; e, com o uso dos conectivos, as sentenças ficam mais complexas.

Por exemplo, podemos escrever que um objeto é maior que outro e eles têm cores diferentes.

Somando as variáveis aos objetos com predicados, as variáveis definem e estabelecem fatos relativos aos objetos em um dado contexto.

Vamos examinar as características de argumentos e sentenças lógicas para adentrarmos no uso de quantificadores.

No livro *Discurso do Método* de René Descartes, encontramos a afirmação: “(1ª parte): “...a diversidade de nossas opiniões não provém do fato de serem uns mais racionais que outros, mas somente de conduzirmos nossos pensamentos por vias diversas e não considerarmos as mesmas coisas. Pois não é suficiente ter o espírito bom, o principal é aplicá-lo bem.”

Cabe aqui, uma rápida revisão de conceitos, como o de argumento, que é a afirmação de que um grupo de proposições gera uma proposição final, que é consequência das primeiras. São ideias lógicas que se relacionam com o propósito de esclarecer pontos de pensamento, teorias, dúvidas.

Seguindo a ideia do princípio para o fim, a proposição é o início e o argumento o fim de uma explanação ou raciocínio, portanto essencial para um pensamento lógico.

A proposição ou sentença a é uma oração declarativa que poderá ser classificada somente em verdadeira ou falsa, com sentido completo, tem sujeito e predicado.

Por exemplo, e usando informações multidisciplinares, são proposições:

I – A água é uma molécula polar;

II – A membrana plasmática é lipoprotéica.

Observe que os exemplos acima seguem as condições essenciais que uma proposição deve seguir, i.e., dois axiomas fundamentais da lógica, [1] o princípio da não contradição e [2] o princípio do terceiro excluído, como já citado.

O princípio da não contradição afirma que uma proposição não ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

O princípio do terceiro excluído afirma que toda proposição ou é verdadeira ou é falsa, jamais uma terceira opção.

Após essa pequena revisão de conceitos, que representaram os tipos de argumentos chamados válidos, vamos especificar os conceitos para construir argumento inválidos, falaciosos ou sofisma.

► Proposições simples e compostas

Para se construir as premissas ou hipóteses em um argumento válido logicamente, as premissas têm extensão maior que a conclusão. A primeira premissa é chamada de maior é a mais abrangente, e a menor, a segunda, possui o sujeito da conclusão para o silogismo; e das conclusões, temos que:

- De duas premissas negativas, nada se conclui;
- De duas premissas afirmativas não pode haver conclusão negativa;
- A conclusão segue sempre a premissa mais fraca;
- De duas premissas particulares, nada se conclui.

As premissas funcionam como proposições e podem ser do tipo simples ou composta. As compostas são formadas por duas ou mais proposições simples interligadas por um “conectivo”.

Uma proposição/premissa é toda oração declarativa que pode ser classificada em verdadeira ou falsa ou ainda, um conjunto de palavras ou símbolos que exprimem um pensamento de sentido completo.

Características de uma proposição

- Tem sujeito e predicado;
- É declarativa (não é exclamativa nem interrogativa);
- **Tem um, e somente um, dos dois valores lógicos:** ou é verdadeira ou é falsa.

É regida por princípios ou axiomas:

- **Princípio da não contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.



AMOSTRA

▪ **Princípio do terceiro excluído:** toda proposição ou é verdadeira ou é falsa, isto é, verifica-se sempre um destes casos e nunca um terceiro.

▪ **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$

Exemplos:

- A água é uma substância polar.
- A membrana plasmática é lipoprotéica.
- As premissas podem ser unidas via conectivos mostrados na tabela abaixo e já mostrado acima

São eles:

Proposição	Forma	Símbolo
Negação	Não	\neg
Disjunção não exclusiva	ou	\vee
Conjunção	e	\wedge
Condicional	Se... então	\rightarrow
Bicondicional	Se e somente se	\leftrightarrow

► Tabelas verdade

As tabelas-verdade são ferramentas utilizadas para analisar as possíveis combinações de valores lógicos (verdadeiro ou falso) das proposições. Elas permitem compreender o comportamento lógico de operadores como negação, conjunção e disjunção, facilitando a verificação da validade de proposições compostas. Abaixo, apresentamos as tabelas-verdade para cada operador,

Negação

A partir de uma proposição p qualquer, pode-se construir outra, a negação de p , cujo símbolo é $\neg p$.

Exemplos:

- A água é uma substância não polar.
- A membrana plasmática é não lipoprotéica.

Tabela-verdade para p e $\neg p$.

p	$\neg p$
V	F
F	V

Os símbolos lógicos para construção de proposições compostas são: \wedge (lê-se e) e \vee (lê-se ou).

Conectivo e

Colocando o conectivo \wedge entre duas proposições p e q , obtém-se uma nova proposição $p \wedge q$, denominada conjunção das sentenças.

Exemplos:

- p : substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica.
- q : o aminoácido fenilalanina é apolar.
- $p \wedge q$: substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica e o aminoácido fenilalanina é apolar.

Tabela-verdade para a conjunção

Axioma: a conjunção é verdadeira se, e somente se, ambas as proposições são verdadeiras; se ao menos uma delas for falsa, a conjunção é falsa.

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

Conectivo ou

Colocando o conectivo \vee entre duas proposições p e q , obtém-se uma nova proposição $p \vee q$, denominada disjunção das sentenças.

Exemplos:

- p : substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica.
- q : substâncias polares usam receptores proteicos para atravessar a bicamada lipídica.
- $p \vee q$: substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica ou substâncias polares usam receptores proteicos para atravessar a bicamada lipídica.

Tabela-verdade para a disjunção

Axioma: a disjunção é verdadeira se ao menos das duas proposições for verdadeira; se ambas forem falsas, então a disjunção é falsa.

p	q	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

Símbolos lógicos para sentenças condicionais são: se ...então... (símbolo \rightarrow); ...se, e somente se, ... (símbolo \leftrightarrow).



CONHECIMENTOS GERAIS

CONHECIMENTOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E NACIONAIS SOBRE: POLÍTICA, ECONOMIA, GEOGRAFIA, SOCIEDADE, CULTURA E HISTÓRIA

ASPECTOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS DO BRASIL

AS REGIONALIZAÇÕES DO TERRITÓRIO BRASILEIRO¹

A **regionalização** pode ser entendida como a divisão de um território em áreas que apresentam características semelhantes, de acordo com um critério preestabelecido pelo grupo de pessoas responsáveis por tal definição: aspectos naturais, econômicos, políticos e culturais, entre tantos outros.

Portanto, regionalizar significa identificar determinado espaço como uma unidade que o distingue dos demais lugares o seu redor.

A divisão de um território em regiões auxilia no planejamento das atividades do poder público, tanto nas questões sociais quanto econômicas, já que permite conhecer melhor aquela porção territorial.

O governo e as entidades privadas podem executar projetos regionais, considerando o número de habitantes de cada região, as condições de vida de sua população, as áreas com infraestrutura precária de abastecimento de água, esgoto tratado, energia elétrica, entre outros.

Os Critérios de Divisão Regional do Território

O Brasil é um país muito extenso e variado. Cada lugar apresenta suas particularidades e existem muitos contrastes sociais, naturais e econômicos.

Como cada região diferencia-se das demais com base em suas características próprias, a escolha do critério de regionalização é muito importante.

Um dos critérios utilizados para regionalizar o espaço pode ser relacionado a aspectos naturais, como clima, relevo, hidrografia, vegetação, etc.

A regionalização também pode ser feita com base em aspectos sociais, econômicos ou culturais. Cada um apresenta uma série de possibilidades: regiões demográficas, uso do solo e regiões industrializadas, entre outras.

As Regiões Geoeconômicas

A fim de compreender melhor as diferenças econômicas e sociais do território brasileiro, na década de 1960, surgiu uma proposta de regionalização que dividiu o espaço em **regiões geoeconômicas**, criada pelo geógrafo Pedro Geiger.

Nessa regionalização, o critério utilizado foi o nível de desenvolvimento, características semelhantes foram agrupadas dentro da mesma região. De acordo com esse critério, o Brasil está dividido em três grandes regiões: **Amazônia**, **Nordeste** e **Centro-Sul**, como pode observar-se no mapa a seguir.

Brasil: regiões geoeconômicas



http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/uploads/5/normal_brasilgeoeconomico.jpg

Os limites da **Amazônia** correspondem à área de cobertura original da Floresta Amazônica. Essa região é caracterizada pelo baixo índice de ocupação humana e pelo extrativismo vegetal e mineral.

Nas últimas décadas, a Amazônia vem sofrendo com o desmatamento de boa parte de sua cobertura original para a implantação de atividades agropecuárias, como o cultivo de soja e a criação de gado.

A **região Nordeste** é tradicionalmente caracterizada pela grande desigualdade socioeconômica. Historicamente, essa região é marcada pela presença de uma forte elite composta basicamente por grandes proprietários de terra, que dominam também o cenário político local.

¹ FURQUIM Junior, Laercio. *Geografia cidadã*. 1ª edição. São Paulo: Editora AJS, 2015.

TERRA, Lygia. *Conexões: estudos de geografia geral e do Brasil* – Lygia Terra; Regina Araújo; Raul Borges Guimarães. 2ª edição. São Paulo: Moderna, 2013.

AMOSTRA

A região Centro-Sul é marcada pela concentração industrial e urbana. Além disso, apresenta elevada concentração populacional e a maior quantidade e diversidade de atividades econômicas.

Essa proposta de divisão possibilita a identificação de desigualdades socioeconômicas e de diferentes graus de desenvolvimento econômico do território nacional.

Seus limites territoriais não coincidem com os dos estados. Assim, partes do mesmo estado que apresentam distintos graus de desenvolvimento podem ser colocadas em regiões diferentes. Porém, esses limites não são imutáveis: caso as atividades econômicas, as quais influenciam as áreas do território, passem por alguma modificação, a configuração geoeconômica também pode mudar.

Outras Propostas de Regionalização

Regionalização do Brasil por Roberto Lobato Corrêa



http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Rita/flg386/2s2016/Regionalizacoes_do_Brasil.pdf

Outro geógrafo, chamado Roberto Lobato Corrêa, também fez uma proposta de regionalização que dividia o território em três: Amazônia, Centro-Sul e Nordeste.

No entanto, em sua proposta ele respeitava os limites territoriais dos estados, diferentemente da proposta das regiões geoeconômicas que acabamos de observar acima.

Regionalização do Brasil por Milton Santos



<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1551&evento=5>

Os geógrafos Milton Santos e Maria Laura Silveira propuseram outra regionalização para o Brasil, que divide o território em quatro regiões: Amazônia, Nordeste, Centro-Oeste e Concentrada.

Essa divisão foi feita com base no grau de desenvolvimento científico, técnico e informacional de cada lugar e sua influência na desigualdade territorial do país.

A região Concentrada apresenta os níveis mais altos de concentração de técnicas, meios de comunicação e população, além de altos índices produtivos.

Já a região Centro-Oeste caracteriza-se pela agricultura moderna, com elevado consumo de insumos químicos e utilização de tecnologia agrícola de ponta.

A região Nordeste apresenta uma área de povoamento antigo, agricultura com baixos níveis de mecanização e núcleos urbanos menos desenvolvidos do que no restante do país. Por fim, a Amazônia, que foi a última região a ampliar suas vias de comunicação e acesso, possui algumas áreas de agricultura moderna.

As Regiões do Brasil ao Longo do Tempo

Os estudos da Divisão Regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) tiveram início em 1941. O objetivo principal deste trabalho foi o de sistematizar as várias divisões regionais que vinham sendo propostas, de forma que fosse organizada uma única divisão regional do Brasil para a divulgação das estatísticas brasileiras.

A proposta de regionalização de 1940 apresentava o território dividido em cinco grandes regiões: Norte, Nordeste, Este (Leste), Sul e Centro. Essa divisão era baseada em critérios tanto físicos como socioeconômicos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

SERVIÇOS E BENEFÍCIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURIDADE SOCIAL (PREVIDÊNCIA SOCIAL, ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE)

A Seguridade Social representa um dos pilares fundamentais do Estado brasileiro na promoção do bem-estar coletivo e na efetivação dos direitos sociais. Instituída como um sistema articulado de proteção social, a seguridade é responsável por oferecer cobertura diante de riscos e necessidades que impactam diretamente a qualidade de vida da população, como doenças, invalidez, maternidade, desemprego, pobreza e envelhecimento.

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 também conhecida como Constituição Cidadã a Seguridade Social foi consagrada como um conjunto integrado de ações voltadas à promoção dos direitos sociais, organizadas em três grandes áreas: Previdência Social, Assistência Social e Saúde. Cada uma dessas políticas públicas possui características, princípios e formas de acesso distintas, mas todas compartilham o objetivo comum de garantir proteção e dignidade aos cidadãos brasileiros.

FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DA SEGURIDADE SOCIAL

A Seguridade Social brasileira encontra seu alicerce no Título VIII da Constituição Federal de 1988, mais especificamente no Capítulo II, artigos 194 a 204. O art. 194 define a seguridade como:

“Um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.”

Esse dispositivo constitucional é a base jurídica para a estruturação do sistema de seguridade no país, e traz consigo princípios fundamentais que regem a organização e a prestação dos serviços:

- **Universalidade da cobertura e do atendimento:** todos têm direito aos serviços, respeitadas as condições específicas de cada política.
- **Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais:** assegura igualdade de tratamento entre diferentes grupos sociais.
- **Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços:** a oferta deve ser orientada pelas necessidades e pela justiça social.
- **Irredutibilidade do valor dos benefícios:** especialmente na previdência, para proteger o poder de compra do beneficiário.
- **Equidade na forma de participação no custeio:** quem

tem mais, contribui com mais, respeitando a capacidade contributiva.

▪ **Diversidade da base de financiamento:** a seguridade social é financiada por toda a sociedade, por meio de recursos da União, dos estados, dos municípios, das empresas e dos trabalhadores (*art. 195 da CF*).

▪ **Caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa:** com participação da comunidade, especialmente nas áreas de saúde e assistência.

Além disso, o art. 195 da Constituição determina as fontes de financiamento da seguridade, estabelecendo um modelo solidário e tripartite, que envolve contribuições de empregadores, empregados, entidades e poder público. Esse modelo visa garantir a sustentabilidade financeira do sistema, ao mesmo tempo em que preserva seu caráter público e redistributivo.

Esses fundamentos formam a espinha dorsal do modelo de proteção social brasileiro, distinguindo-se de modelos puramente assistencialistas ou exclusivamente contributivos. A Constituição de 1988 inova ao articular direitos sociais de maneira integrada, ampliando o escopo da seguridade para além da simples lógica do seguro, abraçando uma visão mais ampla de cidadania.

PREVIDÊNCIA SOCIAL: CONTRIBUTIVA E PROTETIVA

A Previdência Social é o braço contributivo da Seguridade Social, destinado a proteger o trabalhador e sua família em casos de perda ou redução da capacidade de trabalho, seja por idade avançada, invalidez, doença, acidente, morte ou maternidade. Organizada sob o princípio da solidariedade intergeracional, ela funciona como um sistema de seguro social, onde os trabalhadores ativos financiam os benefícios dos aposentados e pensionistas.

Conforme dispõe o *art. 201 da Constituição Federal de 1988*:

“A Previdência Social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.”

Essa definição deixa claro que o acesso aos benefícios previdenciários depende de vínculo contributivo com o sistema, ou seja, o trabalhador precisa estar inscrito como segurado e ter realizado contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), responsável pela gestão do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).



AMOSTRA

► **Regimes Previdenciários**

A previdência brasileira está estruturada em três regimes distintos:

- **Regime Geral de Previdência Social (RGPS):** administrado pelo INSS, abrange trabalhadores da iniciativa privada, autônomos e facultativos.
- **Regime Próprio de Previdência Social (RPPS):** destinado aos servidores públicos efetivos da União, estados, DF e municípios.
- **Regime de Previdência Complementar:** de caráter facultativo, gerido por entidades abertas ou fechadas, e visa complementar os benefícios dos outros dois regimes.

O foco aqui será o **RGPS**, por ser o regime que atinge a maior parte da população brasileira.

► **Tipos de Segurados**

O RGPS reconhece diversos tipos de segurados:

- Segurado empregado (urbano/rural)
- Empregado doméstico
- Contribuinte individual
- Trabalhador avulso
- Segurado especial (pequeno produtor rural, pescador artesanal, etc.)
- Segurado facultativo

Cada tipo possui formas específicas de contribuição, mas todos têm direito à proteção previdenciária, desde que cumpram os requisitos legais.

► **Benefícios Previdenciários**

Os principais benefícios garantidos pela Previdência Social, nos termos do *art. 201 da CF* e da **Lei nº 8.213/1991**, são:

- **Aposentadoria por idade:** exige idade mínima e carência de contribuições.
- **Aposentadoria por invalidez (incapacidade permanente):** concedida a quem é considerado definitivamente incapaz para o trabalho.
- **Aposentadoria especial:** para trabalhadores expostos a agentes nocivos à saúde.
- **Pensão por morte:** pago aos dependentes do segurado falecido.
- **Auxílio-doença (benefício por incapacidade temporária):** concedido ao segurado temporariamente incapaz para o trabalho.
- **Auxílio-acidente:** benefício indenizatório, pago quando o segurado sofre redução da capacidade laboral.
- **Salário-maternidade:** para seguradas gestantes, adotantes ou em guarda judicial.
- **Auxílio-reclusão:** pago aos dependentes do segurado de baixa renda recolhido à prisão.

Esses benefícios exigem o cumprimento de carência (tempo mínimo de contribuição) e, em alguns casos, a qualidade de segurado. A manutenção dessa qualidade depende do tempo

decorrido desde a última contribuição e pode ser prorrogada por períodos de graça.

► **Reforma da Previdência e Novas Regras**

Com a aprovação da **Emenda Constitucional nº 103/2019**, a Previdência Social passou por uma significativa reestruturação, com mudanças nos requisitos para aposentadorias, novas alíquotas de contribuição, regras de transição e fixação de idade mínima. Algumas alterações importantes incluem:

- **Idade mínima para aposentadoria:** 62 anos para mulheres e 65 para homens.
- **Extinção da aposentadoria por tempo de contribuição para novos segurados.**
- **Novo cálculo dos benefícios**, com base na média de todos os salários de contribuição.

É essencial que os candidatos a concursos estejam atualizados com essas novas regras, pois muitas bancas cobram a distinção entre as normas anteriores e as atuais.

CARÁTER PROTETIVO DA PREVIDÊNCIA

Apesar de seu caráter contributivo, a Previdência Social não se limita à lógica do seguro. Ela possui uma dimensão protetiva do Estado, ao garantir amparo diante de situações de risco social. É uma ferramenta de justiça distributiva e promoção da dignidade humana. Um exemplo disso é o acesso de trabalhadores de baixa renda, como os segurados especiais, a benefícios com regras mais flexíveis de contribuição.

Outro ponto importante é que, embora o Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS) seja operacionalizado pelo INSS, ele não integra a Previdência, mas sim a Assistência Social, por ser não contributivo.

ASSISTÊNCIA SOCIAL: UNIVERSALIDADE E PROTEÇÃO AOS VULNERÁVEIS

A **Assistência Social** é uma política pública de proteção social voltada ao atendimento das necessidades básicas da população em situação de vulnerabilidade, pobreza ou risco social e pessoal. Dentre os três pilares da Seguridade Social, é o único que **dispensa a contribuição prévia** para acesso aos seus serviços e benefícios, conforme estabelecido no *art. 203 da Constituição Federal de 1988*:

“A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.” Essa política é orientada pelos princípios da universalidade da proteção social, gratuidade, equidade, participação popular e descentralização político-administrativa. Sua função é promover a inclusão social, reduzir desigualdades, proteger a dignidade humana e prevenir situações de risco que comprometam o pleno exercício da cidadania.





GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

